



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23520.005078/2023-41 ELETRÔNICO

Cadastrado em 18/05/2023



Processo disponível para recebimento com
código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s): SECRETARIA ACADÊMICA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	E-mail: sa@ufob.edu.br	Identificador: 110131 1100
Tipo do Processo: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO		
Assunto do Processo: 010.01 - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - NORMATIZAÇÃO. REGULAMENTAÇÃO		
Assunto Detalhado: PROPOSIÇÃO À CÂMARA DE ENSINO, ASSUNTOS ESTUDANTIS E AÇÕES AFIRMATIVAS CEEA - SOLICITAÇÃO DE APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO E REGISTRO DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA UFOP.		
Unidade de Origem: SECRETARIA ACADÊMICA (11.01.31)		
Criado Por: LEILA OLIVEIRA DOS ANJOS		
Observação: ---		

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
18/05/2023	SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO SUPERIOR (11.01.21)		
19/05/2023	SECRETARIA ACADÊMICA (11.01.31)		
24/05/2023	SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO SUPERIOR (11.01.21)		

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em <https://sig.ufob.edu.br/public> e acesse a Consulta de Processos.

[Visualizar no Portal Público](#)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
SECRETARIA ACADÊMICA

DESPACHO Nº 160/2023 - SA (11.01.31)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Barreiras-BA, 18 de maio de 2023.

Prezada Secretária dos Órgão de Deliberação Superior,

Sra. Gleicianne Dourado Costa,

Saudações,

Encaminha-se à Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas – CEAA, minuta com solicitação de aprovação de normativo interno que regulamente a Emissão e Registro de Certificados e Diplomas no âmbito da UFOP.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 18/05/2023 17:29)

LEILA OLIVEIRA DOS ANJOS

SECRETARIO - TITULAR

SA (11.01.31)

Matrícula: ###749#8

Processo Associado: 23520.005078/2023-41

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **160**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **18/05/2023** e o código de verificação: **f8a88fadaa**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

Secretaria Acadêmica

À Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas – CEAA da UFOB.

Assunto: Proposta de aprovação de Resolução quanto a Emissão e Registro de Certificados e Diplomas no âmbito da UFOB.

Encaminha-se de forma respeitosa a esta Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas – CEAA, minuta com solicitação de aprovação de normativo interno que regule a Emissão e Registro de Certificados e Diplomas.

Justifica-se a necessidade da aprovação do citado normativo como mecanismo de amparo legal de garantia da segurança e padronização das informações necessárias a emissão e registro de certificados e diplomas no âmbito da UFOB conforme prevê legislação vigente sobre o tema.

A minuta com a proposição de Resolução segue anexa a este processo.

Barreiras, 16 de maio de 2023.

Leila Oliveira dos Anjos
Secretária Acadêmica da UFOB



Emitido em 18/05/2023

DESPACHO Nº 161/2023 - SA (11.01.31)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/05/2023 17:29)

LEILA OLIVEIRA DOS ANJOS

SECRETARIO - TITULAR

SA (11.01.31)

Matrícula: ###749#8

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: **161**, ano: **2023**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **18/05/2023** e o código de verificação: **bc9ef980a6**



MINUTA

RESOLUÇÃO **XXX**/UFOB Nº XX, DE XX DE XX DE 2023.

Dispõe sobre os procedimentos para Emissão e Registro de Certificados e Diplomas no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

A CÂMARA DE ENSINO, ASSUNTOS ESTUDANTIS E AÇÕES AFIRMATIVAS - CEAA, ASSESSORA AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO o Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação da UFOB;

CONSIDERANDO a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO a Lei nº, 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB);

CONSIDERANDO a Portaria MEC nº. 33 de 02/08/1978, publicada no DOU de 7 de agosto de 1978, do parecer CNE/CES nº. 379 de 08/12/2004;

CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES nº 7, publicada no DOU de 12 de dezembro de 2017, resolve:



CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta resolução dispõe sobre os procedimentos para Emissão e Registro de Certificados e Diplomas no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

Art. 2º Serão expedidos diplomas aos estudantes que tiverem concluído na UFOB:

I – Curso Superior de Graduação, desde que tenham sido aprovados em todos os componentes curriculares e outros requisitos obrigatórios previstos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), estejam regulares no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e tenham colado o grau;

II – Curso do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, desde que tenham sido aprovados em todas as exigências estabelecidas pelo Regimento Interno do programa ou do curso, pelo Colegiado e pelo Regulamento de Ensino de Pós-Graduação da UFOB.

Art. 3º Serão expedidos Certificados aos estudantes que tiverem concluído na UFOB:

Parágrafo único - Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, desde que tenham sido aprovados em todas as exigências estabelecidas pelo Regimento Interno do curso, pelo Colegiado e pelo Regulamento de Ensino de Pós-Graduação da UFOB.

Art. 4º Os certificados e diplomas da Graduação e Pós-Graduação serão emitidos e registrados pela Secretaria Acadêmica (SA), por meio da Coordenadoria de Registros e Emissão de Documentos (CRED), obedecendo à legislação em vigor e às normatizações internas.

CAPÍTULO II – DOS DADOS OBRIGATÓRIOS NO DIPLOMA, CERTIFICADO, HISTÓRICO E LIVRO DE REGISTRO



Art. 5º Os diplomas de Curso de Graduação deverão conter no mínimo os seguintes dados obrigatórios:

I - No anverso:

- a) selo nacional;
- b) nome da IES expedidora, ou seja, da UFOB;
- c) nome do curso;
- d) grau conferido;
- e) nome completo do (a) diplomado (a);
- f) nacionalidade;
- g) número do documento de identidade oficial com indicação do órgão e Unidade da Federação de emissão;
- h) data e unidade da Federação de nascimento;
- i) data de conclusão do curso;
- j) data da colação de grau;
- k) data da expedição do diploma;
- l) assinatura do (a) Reitor (a) da UFOB;
- m) local para assinatura do (a) diplomado (a);

II - No verso:

- a) nome da IES expedidora e razão social de sua mantenedora e respectivo número do CNPJ;
- b) número do ato autorizativo de credenciamento ou de credenciamento da IES expedidora, com data, seção e página de sua publicação no DOU;



- c) número do ato autorizativo de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento do curso, com a data de sua publicação no DOU ou o número do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento e o dispositivo que autoriza a expedição e o registro do diploma;
- d) apostila de habilitações, averbações ou registro quando for o caso;
- e) nome das autoridades expedidoras com as indicações dos cargos,
- f) espaço próprio para aposição do registro do diploma, em que serão consignados:
 - i. número do ato autorizativo de credenciamento ou de recredenciamento da IES registradora, com data, seção e página de sua publicação no órgão de imprensa oficial da União, dos estados ou do Distrito Federal, conforme o caso;
 - ii. nome e função (portaria) da autoridade expedidora com a indicação do cargo.

Art. 6º Os diplomas de Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* deverão conter no mínimo os seguintes dados obrigatórios:

I - no anverso:

- a) selo nacional;
- b) nome da IES expedidora, ou seja, da UFOB;
- c) nome do Programa de Pós-Graduação;
- d) grau conferido;
- e) nome completo do (a) diplomado (a);
- f) nacionalidade;
- g) número do documento de identidade oficial com indicação do órgão e Unidade da Federação de emissão;
- h) data e Unidade da Federação de nascimento;
- i) data de defesa pública da dissertação ou tese;
- j) data da expedição do diploma;



k) assinatura do (a) Reitor (a) da UFOB;

l) local para assinatura do (a) diplomado (a);

II - No verso:

a) nome da IES expedidora e razão social de sua mantenedora e respectivo número do CNPJ;

b) número do ato autorizativo de credenciamento ou de recredenciamento da IES expedidora, com data, seção e página de sua publicação no DOU;

c) apostila de habilitações, averbações ou registro, quando for o caso;

d) número do processo;

f) espaço próprio para aposição do registro do diploma, em que serão consignados;

e) nome e função (portaria) da autoridade expedidora com a indicação do cargo.

Art. 7º Os Certificados de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* deverão conter no mínimo os seguintes dados obrigatórios:

I - No anverso:

a) selo nacional;

b) nome da IES expedidora, ou seja, da UFOB;

c) nome do curso;

d) nome da área de conhecimento;

e) nome completo do (a) diplomado (a);

f) nacionalidade;

g) número do documento de identidade oficial com indicação do órgão e Unidade da Federação de emissão;

h) data e Unidade da Federação de nascimento;

i) data de conclusão do curso;



j) período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;

k) data da expedição do certificado;

l) assinatura do (a) Reitor (a) da UFOB;

m) local para assinatura do (a) diplomado (a);

II - No verso:

a) relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito pelo discente e nome e qualificação dos docentes por elas responsáveis;

b) título do trabalho de conclusão de curso e nota ou conceito obtido;

c) declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da Resolução CNE/CES nº.1, de 06 de abril de 2018;

d) citação do ato legal de credenciamento da instituição;

e) resolução de aprovação e autorização de funcionamento do curso;

Art. 8º Os históricos finais dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (lato e stricto sensu) serão emitidos após a expedição dos respectivos diplomas.

Art.9º Os livros de registros deverão conter no mínimo os seguintes dados como obrigatórios:

I- termos de abertura e encerramento do livro, assinados pelo (a) Coordenador (a) de Registro e Emissão de Documentos;

II - número do registro;

III - número do diploma;

III - número do processo;

IV - nome completo do (a) diplomado (a);



- V - data e local de nascimento do (a) diplomado (a);
- VI - nacionalidade;
- VII - cédula de identidade, indicando o órgão expedidor e a Unidade da Federação;
- VIII - nome do curso;
- IX - atos de autorização, de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento do curso com a data de publicação no DOU;
- X - data da conclusão do curso;
- XI - data da colação de grau;
- XII - data da expedição do diploma;
- XIII - data do registro do diploma;
- XIV - título ou grau conferido;
- XV - nome da instituição de educação superior;
- XVI - razão social da mantenedora da instituição de educação superior e respectivo número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- XVII - nome e número do CPF do responsável pelo registro ou, no caso de servidor público, o número da matrícula; e
- XVIII - assinatura do responsável pelo órgão de registro formalmente designado, com a indicação do ato de delegação.

§ 1º No livro de registro, deverá ser reservado campo de observação para o registro dos possíveis apostilamentos.

§ 2º Poderão constar no livro de registro outras informações para identificação do (a) diplomado (a), das IES e dos cursos, quando indispensáveis para a garantia da autenticidade, segurança, validade e eficácia dos atos jurídicos de registro.



CAPÍTULO III – DO PROCEDIMENTO DE EMISSÃO E REGISTRO DE DIPLOMAS OU CERTIFICADOS

Art. 10º Os diplomas dos cursos de Graduação serão expedidos no prazo máximo de 60(sessenta) dias, contados da data de colação de grau, prorrogáveis uma única vez, por igual período.

Parágrafo único. Os diplomas e certificados da Pós-Graduação serão emitidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir do encaminhamento, pelo Colegiado do Curso, do processo de primeira via de diploma ou certificados à Coordenadoria de Registros e Emissão de Documentos, instruído com documentação necessária para emissão.

Art. 11º O estudante da Graduação e Pós-Graduação, para iniciar o processo de solicitação de emissão do diploma ou certificado de conclusão do curso, deverá estar quite com o sistema de bibliotecas.

Art. 12º O processo acadêmico de solicitação da emissão de diploma ou certificado será protocolado junto à Secretaria do Colegiado do Curso de Graduação ou Pós-Graduação.

Art. 13º O processo acadêmico será instruído com a documentação, abaixo, inserida separadamente e em arquivos no formato PDF:

I – requerimento do (a) estudante ou de seu representante legal solicitando a expedição do diploma, constando Termo de consentimento para armazenamento e tratamento de dados pessoais em conformidade com a LGPD.

II – cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

III – cópia do documento de identificação oficial com foto;

IV – cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF), podendo ser junto com a identidade;



V – comprovante das duas últimas eleições ou Certidão de quitação eleitoral, para maiores de 18 anos;

VI – cópia do Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para os concluintes do sexo masculino, maiores de 18 anos;

VII – cópia da Declaração de Nada Consta expedida pelos setores da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) e Biblioteca;

VIII- cópia da Ata de Colação de Grau para os cursos da Graduação, e para os cursos da Pós-Graduação cópia da Ata de aprovação da dissertação ou tese e cópia da Ata da homologação da versão final da dissertação ou tese, documento anexado pela coordenação do curso ou Programa.

Art. 14º A Coordenadoria de Registros e Emissão de Documentos publicará, no Diário Oficial da União - DOU, extrato do quantitativo de diplomas emitidos dos cursos de Graduação da UFOB, no prazo máximo de trinta dias, contados da data do registro.

Art. 15º Os papéis-moedas de Diplomas e Certificados, quando for o caso, que possuem um número de série, quando utilizados de forma equivocada, ou quando diagnosticado algum erro de impressão ou registro, deverão ser cancelados e armazenados.

Parágrafo único. Os papéis de diplomas cancelados serão incinerados anualmente, mediante termo circunstanciado assinado representante máximo do órgão de registro e da Reitoria.

CAPÍTULO IV – DA EMISSÃO DE SEGUNDA VIA DO DIPLOMA OU CERTIFICADO

Art. 16º A 2ª (segunda) via de Diploma ou Certificado será expedida pela Coordenadoria de Registros e Emissão de Documentos/Secretaria Acadêmica (CRED/SA).

Parágrafo Único: Para requisição da 2ª (segunda) via de Diploma ou Certificado o requerente buscará a CRED/SA de forma presencial ou requerente devidamente instituído.



Art. 17º Em casos de extravio, furto, perda, roubo do Diploma ou Certificado, o (a) estudante deverá registrar um boletim de ocorrência (B.O.), para realizar o pedido da 2ª (segunda) via. O B.O. deverá ser anexado ao requerimento.

Art. 18º Nos casos de diplomas danificados, é possível realizar o pedido de 2ª (segunda) via, desde que o requerente devolva a 1ª (primeira) via, quando for o caso, na Secretaria Acadêmica.

Art.19º O requerimento da 2ª (segunda) via, por mudança de nome civil, deverá ser anexado documento legal que comprove a alteração do nome juntamente com a devolução da 1ª (primeira) via, quando for caso.

Art. 20º Os prazos para emissão e registro são os mesmos da 1ª (primeira) via.

CAPÍTULO V – DO USO DO NOME SOCIAL

Art. 21º O (A) estudante poderá requerer o uso do nome social acompanhado do nome civil para constarem no Diploma/Histórico/Certificado, no ato da matrícula, ou a qualquer tempo, por meio de requerimento próprio, na Secretaria Acadêmica.

Art. 22º O uso do nome social nos registros escolares é regulamentado pela Portaria nº 33, publicada no D.O.U. de 18/1/2018, Seção 1, Pág. 10, o Parecer CNE/CP Nº 14/2017, a Resolução nº 1, CNE de 19 de janeiro de 2018, e o Decreto n.º 8.727, de 28 de abril de 2016.

CAPÍTULO VI – DO ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Art. 23º A coleta, o armazenamento e o tratamento de dados pessoais dos (as) estudantes da UFOB para emissão dos diplomas e certificados deverão seguir as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados.

Parágrafo Único. Quando necessário, o consentimento deverá ser explícito pelo titular dos dados, com autorização no momento da matrícula, re matrícula ou na solicitação da emissão do diploma e certificado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
Conselho Universitário
Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas

Art. 24º Os dados gerais coletados para emissão e registro de diplomas da UFOB serão regulamentados em ato próprio da Secretaria Acadêmica ou de outro setor responsável pelo armazenamento e compartilhamento dos dados.

Art. 25º A UFOB manterá banco de informações de registro de diplomas, em endereço eletrônico, a ser disponibilizado para a comunidade.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas – CEAA.

Esta Resolução entra em vigor em XX de XX de 2022.



Emitido em 18/05/2023

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº 1/2023 - SA (11.01.31)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/05/2023 17:29)

LEILA OLIVEIRA DOS ANJOS

SECRETARIO - TITULAR

SA (11.01.31)

Matrícula: ###749#8

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2023**, tipo:
PROPOSTA DE RESOLUÇÃO, data de emissão: **18/05/2023** e o código de verificação: **4093f58613**



RELATÓRIO DE PROPOSIÇÃO À CEAA

Instrução do Processo: Secretaria Acadêmica
Processo: 23520.005078/2023-41
Assunto: Proposição à Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas- CEAA da UFOB de aprovação de normativo interno que regulamenta a emissão e registro de certificados e diplomas no âmbito da UFOB.
Interessado: Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas- CEAA
Proponente: Secretaria Acadêmica
Documento de designação: Não se aplica

OBJETO DA PROPOSTA

Trata-se de proposta de normativo interno que regule a Emissão e Registro de Certificados e Diplomas no âmbito da UFOB.

CONSIDERAÇÕES/ JUSTIFICATIVAS

Justifica-se a necessidade da aprovação da citada normativa interna como mecanismo de amparo legal que garanta a padronização e segurança das informações contidas nos documentos emitidos (diplomas/certificados) e nas informações dos livros de registro (virtual ou físico) no âmbito da UFOB conforme a Portaria MEC Nº 1.095, de 25 de outubro de 2018 alterada pela Portaria MEC nº 548/2021 que dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação no âmbito do sistema federal de ensino ambas anexadas a este processo.

Segue também, em anexo, modelo dos documentos emitidos e registrados atualmente na UFOB em consonância com a legislação vigente já citada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
Conselho Universitário
Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contando com a compreensão desta egrégia Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas- CEAA sobre a importância da aprovação da resolução que regule a Emissão e Registro de Certificados e Diplomas no âmbito da UFOB, agradecemos e nos colocamos à disposição.

Barreiras, 23 de maio de 2023.

Leila Oliveira dos Anjos
Secretária Acadêmica da UFOB



Emitido em 24/05/2023

RELATÓRIO DE PROPOSIÇÃO À CEAA Nº 1/2023 - SA (11.01.31)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/05/2023 18:51)

LEILA OLIVEIRA DOS ANJOS

SECRETARIO - TITULAR

SA (11.01.31)

Matrícula: ###749#8

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2023**, tipo: **RELATÓRIO DE PROPOSIÇÃO À CEAA**, data de emissão: **24/05/2023** e o código de verificação: **956f8c82b0**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/10/2018 | Edição: 207 | Seção: 1 | Página: 32

Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro

PORTARIA NO 1.095, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação no âmbito do sistema federal de ensino.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, § 1º; 9º, inciso VII; 48, § 1º; 53, inciso VI; 54, § 2º; e 80, § 2º, todos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e, ainda, considerando as determinações proferidas no Acórdão nº 1175/2018 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação no âmbito do sistema federal de ensino.

Parágrafo único. As Instituições de Educação Superior - IES vinculadas ao sistema federal de ensino deverão adotar os procedimentos previstos nesta Portaria para fins de expedição e registro de diplomas.

Art. 2º Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

Parágrafo único. O reconhecimento de curso presencial na sede não se estende às unidades fora de sede, para fins de registro do diploma.

Art. 3º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não universitárias serão registrados por universidades credenciadas, na forma da legislação vigente.

Art. 4º As universidades, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Centros Federais de Educação Tecnológica registrarão os diplomas por eles próprios expedidos e poderão registrar diplomas conferidos por IES não universitárias.

Art. 5º Os centros universitários somente poderão registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos.

Art. 6º As faculdades vinculadas ao sistema federal de ensino poderão receber a atribuição de registrar seus próprios diplomas de graduação, nos termos de seu ato de credenciamento, na forma do art. 27 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Portaria MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. As faculdades que tenham obtido a atribuição da prerrogativa prevista no caput deverão observar as regras previstas no Capítulo V desta Portaria, relativas às IES que possuem prerrogativa para o registro dos diplomas.

Art. 7º As IES detentoras de prerrogativas de autonomia para o registro de diplomas determinarão o fluxo do respectivo processo de registro, dentro dos limites de sua autonomia e desde que observada a legislação vigente.

Parágrafo único. As faculdades vinculadas ao sistema federal de ensino somente poderão registrar seus diplomas em IES vinculadas ao sistema estadual de ensino que adotarem os procedimentos desta Portaria.

Art. 8º É vedada a identificação da modalidade de ensino na emissão e no registro de diplomas.

Art. 9º A expedição e o registro do diploma, do histórico escolar final e do certificado de conclusão de curso, consideram-se incluídos nos serviços educacionais prestados pela instituição, não ensejando a cobrança de qualquer valor, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especiais, por opção do aluno.

Art. 10. Os diplomas de graduação obtidos no exterior poderão ser revalidados por universidades públicas brasileiras, regularmente credenciadas, criadas e mantidas pelo poder público, que tenham curso reconhecido do mesmo nível e área, ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

Parágrafo único. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são equiparados às universidades federais, sendo-lhes permitida a revalidação de diplomas de graduação obtidos no exterior, nos termos do caput.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE REGISTRO DE DIPLOMA

Art. 11. O processo de registro de diploma deverá ser instruído com documentos indispensáveis que garantam autenticidade, segurança, validade e eficácia dos atos jurídicos a serem produzidos.

Art. 12. O processo de registro de diploma deverá estar instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

I - ofício ou documento equivalente de encaminhamento do diploma expedido à IES registradora, assinado pela autoridade responsável da IES expedidora;

II - termo de responsabilidade da autoridade competente para a expedição do diploma atestando a regularidade do diploma conferido ao aluno e dos atos de expedição;

III - cópia dos documentos de identidade civil do aluno diplomado;

IV - prova de conclusão do ensino médio ou equivalente;

V - histórico escolar do curso superior concluído;

VI - diploma a ser registrado; e

VII - termo de responsabilidade da autoridade competente para o registro do diploma atestando a regularidade dos procedimentos realizados para o registro.

§ 1º A critério de cada IES registradora, a fim de garantir a autenticidade, segurança, validade e eficácia dos atos jurídicos de registro, poderão ser exigidos, entre outros, os seguintes documentos:

I - prova da colação de grau;

II - comprovação de conclusão de estágio curricular;

III - guia de transferência ou documento que prove a transferência de ofício, quando for o caso;

IV - certidão de nascimento ou casamento;

V - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

VI - título de eleitor; e

VII - ato de naturalização publicado no Diário Oficial da União - DOU.

§ 2º Os termos de responsabilidade referidos nos incisos II e VII do caput deverão ser assinados pela autoridade máxima da instituição de ensino superior ou por meio de seu representante legal mediante procuração específica ou por ato de delegação de poderes.

§ 3º Para fins de instrução processual, os códigos constantes da base de dados oficial de informações relativas aos cursos e às IES do Ministério da Educação deverão constar da identificação das instituições expedidoras e registradoras e dos respectivos cursos que constarão no diploma.

CAPÍTULO III

do CONTROLE DA EXPEDIÇÃO E registro DE DIPLOMAS

Art. 13. As IES manterão livros de anotações de expedição e registro de diplomas.

§ 1º O registro do diploma deverá ser feito em livro próprio no meio físico ou eletrônico, a critério de cada instituição.

§ 2º O livro de registro eletrônico deverá atender os requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas nos arts. 37 e 38 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

§ 3º Os livros referidos no caput integram o acervo acadêmico da instituição, sendo a sua guarda de responsabilidade do representante legal da mantenedora.

§ 4º Os livros de registro deverão conter termos de abertura e encerramento, assinados pela autoridade competente.

Art. 14. Deverão constar do registro as seguintes informações:

I - número do registro;

II - número do diploma;

III - número do processo;

IV - nome completo do diplomado;

V - data e local de nascimento;

VI - nacionalidade;

VII - cédula de identidade, indicando o órgão expedidor e a Unidade da Federação;

VIII - nome do curso;

IX - atos de autorização, de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento do curso com a data de publicação no DOU;

X - data da conclusão do curso;

XI - data da colação de grau;

XII - data da expedição do diploma;

XIII - data do registro do diploma;

XIV - título ou grau conferido;

XV - nome da instituição de educação superior;

XVI - razão social da mantenedora da instituição de educação superior e respectivo número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

XVII - nome e número do CPF do responsável pelo registro ou, no caso de servidor público, o número da matrícula; e

XVIII - assinatura do dirigente máximo ou do responsável formalmente designado, com a indicação do ato de delegação respectivo.

§ 1º No livro de registro, deverá ser reservado campo da observação, para o registro dos apostilamentos que ocorrerem.

§ 2º Poderão constar do livro de registro outras informações para identificação do diplomado, das IES e dos cursos, quando indispensáveis para a garantia da autenticidade, segurança, validade e eficácia dos atos jurídicos de registro, na forma do art. 12, § 1º.

Art. 15. O Ministério da Educação e os respectivos órgãos de fiscalização dos sistemas de ensino estaduais poderão solicitar o acesso total ou parcial de cópia ou de informações dos processos de registro de diploma, as quais deverão ser disponibilizadas imediatamente pelas IES expedidoras e registradoras.

CAPÍTULO IV

do diploma e do histórico escolar

Art. 16. O diploma de curso de graduação deverá ser uniforme para todas as IES e apresentará os seguintes dados obrigatórios:

I - no anverso:

- a) selo nacional;
- b) nome da IES expedidora;
- c) nome do curso;
- d) grau conferido;
- e) nome completo do diplomado;
- f) nacionalidade;
- g) número do documento de identidade oficial com indicação do órgão e Unidade da Federação de emissão;
- h) data e Unidade da Federação de nascimento;
- i) data de conclusão do curso;
- j) data da colação de grau;
- k) data da expedição do diploma;
- l) assinatura da autoridade máxima da IES expedidora;
- m) assinatura das demais autoridades da IES expedidora, quando previsto no regimento interno das IES; e
- n) local para assinatura do diplomado;

II - no verso:

- a) nome da IES expedidora e razão social de sua mantenedora e respectivo número do CNPJ;
 - b) número do ato autorizativo de credenciamento ou de credenciamento da IES expedidora, com data, seção e página de sua publicação no DOU;
 - c) número do ato autorizativo de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento do curso, com a data de sua publicação no DOU ou, no caso de aplicação do art. 26, caput e § 1º, desta Portaria, o número do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento e o dispositivo que autoriza a expedição e o registro do diploma;
 - d) apostila de habilitações, averbações ou registro quando for o caso;
 - e) nomes das autoridades expedidoras com a indicação do cargo, caso não estejam no anverso;
- e
- f) espaço próprio para aposição do registro do diploma, em que serão consignados:

1. número do ato autorizativo de credenciamento ou de credenciamento da IES registradora, com data, seção e página de sua publicação no órgão de imprensa oficial da União, dos estados ou do Distrito Federal, conforme o caso;

2. ato que atribui a prerrogativa para registro de diplomas às faculdades previstas no art. 6º, com data, seção e página de sua publicação no DOU; e

3. nome e cargo da autoridade máxima da IES registradora ou de seu representante legal mediante procuração específica ou por ato de delegação de poderes, no caso de instituições públicas.

Art. 17. O formato e o modelo do histórico escolar serão de livre escolha das instituições de educação superior, devendo constar, no mínimo, os seguintes elementos:

- I - nome da instituição de educação superior com endereço completo;
- II - nome completo do diplomado;
- III - nacionalidade;
- IV - número do documento de identidade oficial com o órgão e estado emissor;
- V - número de inscrição no CPF;
- VI - data e Unidade da Federação de nascimento;
- VII - nome do curso e da habilitação, se for o caso;

VIII - ato autorizativo de credenciamento ou de reconhecimento da instituição de educação superior, constando o número, a data, a seção e a página de publicação no DOU;

IX - ato autorizativo de reconhecimento do curso ou renovação do reconhecimento do curso, constando o número, a data, a seção e a página de publicação no DOU ou no órgão de imprensa oficial dos estados ou do Distrito Federal, ou, no caso de aplicação do art. 26, caput e § 1º, desta Portaria, o número e-MEC do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento e o dispositivo que autoriza a expedição e o registro do diploma;

X - data indicando o mês e o ano da realização do processo seletivo vestibular;

XI - relação das disciplinas cursadas, contendo período carga horária, notas ou conceitos, nomes dos docentes e titulação;

XII - carga horária total do curso em horas;

XIII - forma de ingresso e ano ou semestre de ingresso;

XIV - data da conclusão do curso, da colação de grau, da expedição do diploma e da expedição do histórico, no caso de histórico escolar final; e

XV - situação do aluno no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE.

Parágrafo único. Aplica-se ao histórico escolar o disposto no § 3º do art. 12, no que se refere à identificação das IES e dos cursos superiores cadastrados na base de dados oficial de informações do Ministério da Educação.

CAPÍTULO V

dos procedimentos específicos para expedição e registro de diplomas

Seção I

Dos prazos para expedição e registro

Art. 18. As IES devidamente credenciadas pelos respectivos sistemas de ensino deverão expedir os seus diplomas no prazo máximo de sessenta dias, contados da data de colação de grau de cada um dos seus egressos.

Art. 19. O diploma expedido deverá ser registrado no prazo máximo de sessenta dias, contados da data de sua expedição.

§ 1º As IES que não possuem prerrogativa de autonomia para o registro de diploma por elas expedido deverão encaminhar o diploma para as IES registradoras no prazo máximo de quinze dias, contados da data de sua expedição.

§ 2º No caso do § 1º, a IES registradora deverá registrar o diploma no prazo máximo de sessenta dias, contados do recebimento do diploma procedente de IES expedidora.

Art. 20. Os prazos constantes dos arts. 18 e 19 poderão ser prorrogados pela IES uma única vez, por igual período, desde que devidamente justificado pela instituição de educação superior.

Art. 21. As IES públicas e privadas que possuem prerrogativa para o registro dos diplomas por elas expedidos deverão publicar extrato das informações sobre o registro no DOU, no prazo máximo de trinta dias, contados da data do registro.

§ 1º O extrato de informações a ser publicado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome da mantenedora e da mantida;

II - número do CNPJ da mantenedora;

III - quantidade de diplomas registrados no período;

IV - intervalo dos números de registro dos diplomas;

V - identificação do número do livro de registro; e

VI - identificação do sítio eletrônico da IES no qual poderá ser consultada a relação de diplomas registrados.

§ 2º As IES não universitárias, sem prerrogativa para o registro dos diplomas por elas expedidos, terão os seus diplomas registrados por universidades, por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ou por Centros Federais de Educação Tecnológica, na forma da legislação vigente, e deverão publicar o extrato de informações de que trata o § 1º no DOU, no prazo de trinta dias, contados da data de recebimento pela instituição de educação superior expedidora do diploma devidamente registrado.

§ 3º A responsabilidade pela publicação das informações sobre o registro do diploma no DOU recairá sobre a instituição de educação superior expedidora.

Art. 22. O descumprimento dos prazos previstos no art. 21 será considerado irregularidade administrativa, a ser imputada à instituição de educação superior que lhe der causa, seja expedidora ou registradora, e poderá ser apurada por meio de processo administrativo de supervisão.

Art. 23. As IES públicas e privadas deverão manter banco de informações de registro de diplomas a ser disponibilizado no sítio eletrônico da IES e, após realizado o devido registro, terão o prazo de trinta dias para incluir os seguintes dados para consulta pública:

- I - nome do aluno diplomado;
- II - seis dígitos centrais do CPF do aluno diplomado;
- III - nome e código e-MEC do curso superior;
- IV - nome e código e-MEC da IES expedidora do diploma;
- V - nome e código e-MEC da IES registradora do diploma;
- VI - data de ingresso no curso;
- VII - data de conclusão do curso;
- VIII - data da expedição do diploma;
- IX - data do registro do diploma;
- X - identificação do número da expedição;
- XI - identificação do número do registro; e
- XII - data de publicação das informações do registro do diploma no DOU.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do presente artigo, considera-se código e-MEC o número de registro constante da base de dados oficial de informações relativas aos cursos e às IES do Ministério da Educação.

Art. 24. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Seção, aplicar-se-ão as disposições contidas nos arts. 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Seção II

Da validade dos atos de expedição e registro de diplomas

Art. 25. A validade dos diplomas depende dos requisitos exigidos na legislação e da regularidade dos procedimentos de expedição e registro adotados pelas IES.

§ 1º O reconhecimento do curso é requisito obrigatório para o registro e validade do diploma.

§ 2º A colação de grau é requisito obrigatório para expedição do diploma.

§ 3º As IES públicas e privadas deverão tornar nulos os atos de expedição e de registro de diplomas, quando inidôneos ou eivados de vícios de legalidade ou quando constatada falsidade documental ou declaratória.

§ 4º Consideram-se inidôneos os atos de expedição e registro de diplomas produzidos com o objetivo de simular titulação não fundamentada em trajetória acadêmica regular em cursos superiores reconhecidos no âmbito dos respectivos sistemas de ensino.

§ 5º Na hipótese do § 3º, as IES deverão garantir ampla publicidade, na forma dos arts. 21 e 23 desta Portaria.

Art. 26. Os cursos cujos pedidos de reconhecimento tenham sido protocolados dentro do prazo e não tenham sido finalizados até a data de conclusão da primeira turma consideram-se reconhecidos, exclusivamente para fins de expedição e registro de diplomas.

§ 1º A instituição de educação superior poderá se utilizar da prerrogativa prevista no caput enquanto não for proferida a decisão definitiva no processo de reconhecimento, tendo como referencial a avaliação externa in loco.

§ 2º É vedada a expedição e o registro de diplomas de cursos cujos processos de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento tenham sido protocolados fora do prazo ou após o vencimento do prazo do ato autorizativo anterior.

§ 3º Os diplomas expedidos ou registrados na forma do § 2º serão considerados irregulares e não terão validade nacional, e implicará a responsabilização das IES que tenham praticado os atos de expedição e de registro.

§ 4º Os diplomas de cursos cujos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento tenham sido protocolados fora do prazo, desde que não incorra nas vedações previstas nos §§ 2º e 3º, poderão ser expedidos e levados ao registro se a conclusão da análise dos processos pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação reconhecer ou renovar o reconhecimento de curso, unicamente para fins de expedição e de registro dos diplomas dos estudantes matriculados, na forma da legislação.

Art. 27. O descumprimento dos prazos previstos no presente Capítulo será considerado irregularidade administrativa, a ser imputada à instituição de ensino superior que lhe der causa, seja expedidora ou registradora, e poderá ser apurada por meio de processo administrativo de supervisão.

CAPÍTULO VI

das disposições finais

Art. 28. As IES públicas e privadas terão o prazo de cento e oitenta dias para a adequação às normas desta Portaria, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 29. O descumprimento desta Portaria e das normas sobre os fluxos de expedição e registro de diplomas pelas IES será considerado irregularidade administrativa e poderá ser apurada em processo administrativo de supervisão.

Parágrafo único. Os modelos constantes nos Anexos I a VII visam orientar os procedimentos previstos nesta Portaria e poderão ser adaptados àqueles utilizados pelas IES, desde que observados os requisitos, as informações e os elementos obrigatórios para expedição e registro de diplomas.

Art. 30. Os procedimentos para a expedição e o registro de diplomas e documentos acadêmicos no formato digital observarão as disposições contidas nesta Portaria, respeitadas as especificidades técnicas dispostas em regulamentação específica a ser editada pelo Ministério da Educação.

Art. 31. Aplicam-se subsidiariamente às disposições contidas nesta Portaria, no que couber, a Portaria MEC nº 33, de 2 de agosto de 1978, publicada no DOU de 7 de agosto de 1978, página 12.431, documenta 214, página 642, e o Parecer CNE/CES nº 379/2004, aprovado em 8 de dezembro de 2004.

Art. 32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO I

MODELO DO ANVERSO DOS DIPLOMAS

(Selo nacional)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA....., no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de, na data de, e a colação de grau na data de, confere o título de a (nome do aluno), nacionalidade, natural de, nascido em....., portador da Cédula de Identidade, (órgão e estado de emissão), e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Local e data

(Assinatura)

Nome do Reitor

(Assinatura)

Nome do diplomado

Nome da IES expedidora:

ANEXO II

MODELO DO VERSO DOS DIPLOMAS

Nome da IES expedidora:

Razão social da mantenedora da IES expedidora:

CNPJ da mantenedora:

Credenciamento: Portaria nº, de ___/___/___, DOU nº....., Seção, pág., de ___/___/___.

Nome do Curso:

Reconhecimento: Portaria nº, de ___/___/___, DOU nº, Seção, pág., de ___/___/___.

Nome da IES registradora:

Razão social da mantenedora:

CNPJ da mantenedora:

Credenciamento: Portaria nº, de ___/___/___, DOU nº....., Seção, pág., de ___/___/___.

Diploma registrado sob o nº, Livro, fls., em ___/___/___, por delegação de competência do Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Processo nº

Local e data:

Assinatura do responsável pelo registro do diploma:

(nome, cargo e ato de delegação)

ANEXO III

OUTROS MODELOS PARA O VERSO DOS DIPLOMAS

a) modelo para a hipótese do art. 26, caput e § 1º:

Nome da IES expedidora:

Razão social da mantenedora da IES expedidora:

CNPJ da mantenedora:

Credenciamento: Portaria nº, de ___/___/___, DOU nº, Seção, pág., de ___/___/___.

Nome do Curso:

Autorização: Portaria nº, de ___/___/___, DOU nº....., Seção, pág., de ___/___/___.

Reconhecimento: curso reconhecido na forma do art. 11, § 1º, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e do art. 26, § 1º, da Portaria MEC nº, de ___/___/___, DOU nº, Seção, pág., de ___/___/___.

Processo nº (indicar o número do processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento).

b) modelo para as IES previstas no art. 6º com prerrogativa de registro dos próprios diplomas:

Nome da IES registradora:

Razão social da mantenedora:

CNPJ da mantenedora:

Credenciamento: Portaria nº, de ___/___/___, DOU nº, Seção, pág., de ___/___/___.

Ato que atribui prerrogativa para registro de diplomas:

Portaria nº, de ___/___/___, DOU nº, Seção, pág., de ___/___/___.

Diploma registrado sob o nº, Livro, fls., em ___/___/___, por delegação de competência do Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Processo nº

Local e data:

Assinatura do responsável pelo registro do diploma:

(nome, cargo e ato de delegação)

ANEXO IV

MODELO PARA O LIVRO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Registro nº _____ Livro _____ Folha _____ Processo nº _____

Nome do diplomado: _____

Data de nascimento: _____ Natural de: _____ UF: _____

Nacionalidade: _____

Documento de identificação: _____ Órgão emissor: _____ UF: _____

Data de expedição: _____ UF _____

Curso: _____

Portaria de autorização: _____ Data (DOU): _____

Portaria de reconhecimento: _____ Data (DOU): _____

Título ou grau conferido: _____

Nome da IES: _____

Razão Social da mantenedora da IES: _____

CNPJ da mantenedora da IES: _____

Data de conclusão do curso: _____

Data da colação de grau: _____

Data da expedição do diploma: _____ Nº de série do diploma: _____

Data de registro: _____

Nome do responsável pelo registro: _____ CPF ou matrícula: _____

Assinatura do dirigente máximo ou do responsável formalmente designado com a indicação do ato de delegação respectivo:

Campo de observação:

ANEXO V

MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Temo de Responsabilidade

Atesto para os devidos fins de direito, a regularidade dos procedimentos realizados para a expedição do Diploma do aluno _____, constantes do processo nº _____, na forma da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e da Portaria do Ministério da Educação nº _____, de ___/___/___, publicada no DOU nº _____, Seção _____, pág. _____, de ___/___/___.

Local e data

Nome do responsável

Cargo ou função

CPF ou matrícula

Ato ou portaria de delegação ou designação

ANEXO VI

MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE REGISTRO DO DIPLOMA

Temo de Responsabilidade

Atesto, para os devidos fins de direito, a regularidade dos procedimentos realizados para o registro do diploma do aluno _____, constantes do Processo nº _____, na forma da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Portaria MEC nº _____, de ___/___/___, publicada no DOU nº _____, Seção _____, página _____, de ___/___/___.

Local e data

Nome do responsável

Cargo ou função

CPF ou matrícula

Ato ou portaria de delegação ou designação

ANEXO VII

MODELO DE EXTRATO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O REGISTRO DE DIPLOMAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (ART. 21)

[NOME DA IES MANTIDA]

Mantenedora: [NOME DA MANTENEDORA]

[CNPJ DA MANTENEDORA]

EXTRATO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº [NN], de [dd] de [mmmmmmmmmm] de [aaaa], esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados nn [por extenso] diplomas no período de ___/___/___ a ___/___/___, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: [livro 1 - registros n1 a nx]; [livro 2 - registros n1 a nx].....

.....

.....

A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço [http://\[endereço da lista no site da IES\]](http://[endereço da lista no site da IES]).

Local e data:

Identificação do dirigente da IES mantida:

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 24/05/2023

PORTARIA Nº 1/2023 - SA (11.01.31)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/05/2023 18:51)

LEILA OLIVEIRA DOS ANJOS

SECRETARIO - TITULAR

SA (11.01.31)

Matrícula: ###749#8

Visualize o documento original em <https://sig.ufop.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2023**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **24/05/2023** e o código de verificação: **49ddc969c2**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 21/07/2021 | Edição: 136 | Seção: 1 | Página: 336

Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 548, DE 20 DE JULHO DE 2021

Altera a Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, que dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação, no âmbito do sistema federal de ensino.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, § 1º; 9º, inciso VII; 48, § 1º; 53, inciso VI; 54, § 2º; e 80, § 2º, todos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º A Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia são equiparados às universidades federais, sendo-lhes permitida a revalidação de diplomas de graduação obtidos no exterior, nos termos do caput.

§ 2º Compete às IES vinculadas ao sistema federal de ensino a expedição de graus, diplomas e outros títulos bem como a emissão de documento ou certificado que ateste as competências, habilidades e qualificações profissionais regulamentadas, referentes ao curso de nível superior ofertado, indicando nível de ensino, área de lecionação e demais informações solicitadas pelo estudante requerente, desde que necessários e exigidos para comprovação junto à instituição de ensino superior estrangeira, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Para a solicitação de documento mencionado no § 2º, o estudante deverá apresentar à sua IES de origem requerimento fundamentado, indicando a respectiva norma ou dispositivo no qual seu pedido se baseia e, quando cabível, o acordo internacional de reciprocidade ou equiparação." (NR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 24/05/2023

PORTARIA Nº 2/2023 - SA (11.01.31)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/05/2023 18:51)

LEILA OLIVEIRA DOS ANJOS

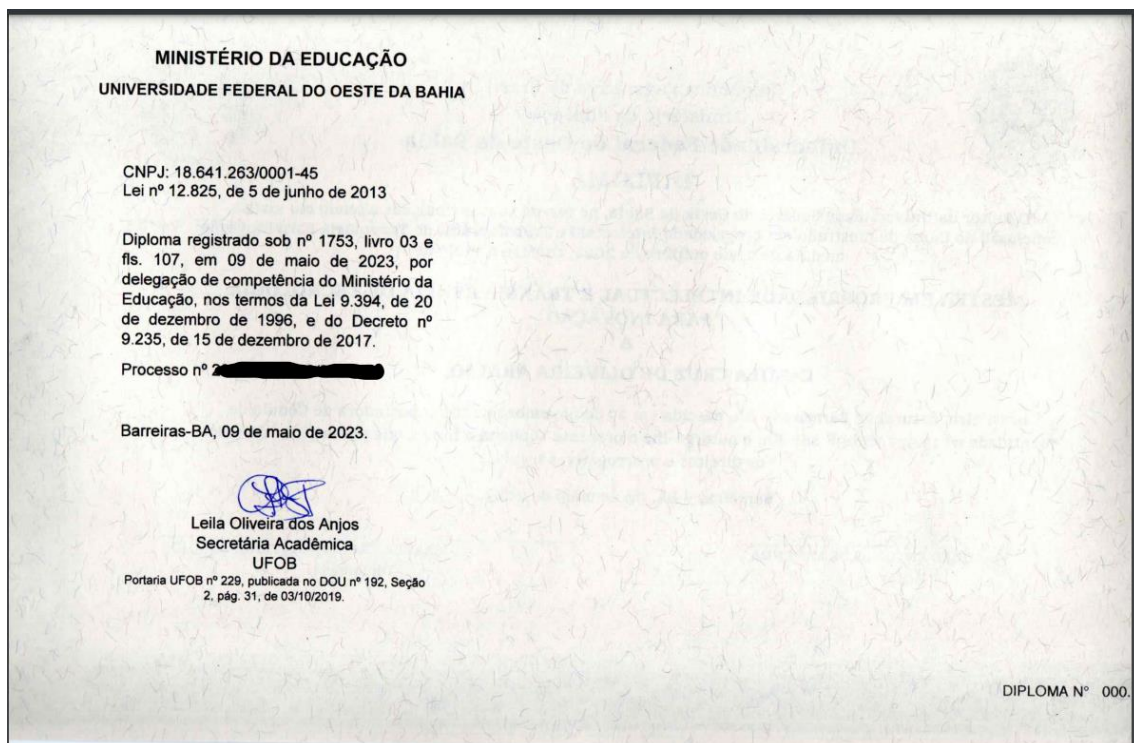
SECRETARIO - TITULAR

SA (11.01.31)

Matrícula: ###749#8

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: **2**, ano: **2023**, tipo: **PORTARIA**, data de emissão: **24/05/2023** e o código de verificação: **16a0579626**

Modelos dos documentos, diplomas e certificados, emitidos na UFOB atualmente





Obs: Os diplomas das duas modalidades, graduação e pós-graduação, contém as mesmas informações, mudando a cor do documento em seus formatos físicos.



DISCIPLINAS	PROFESSOR/TITULAÇÃO	CARGA	NOTA
Métodos Quantitativos e Qualitativos de pesquisa em Engenharia Industrial	ADRIANO DAVID MONTEIRO DE BARROS - M.C.	30h	6,1
Estratégias de Produção e Operações	LARISSA BARBOSA TAQUETTI - M.C.	30h	8,2
Projeto Assinado por Computador	PETERSON SILVA DA SILVA - M.C.	30h	6,3
Gestão da Qualidade e Produtividade	LEONARDO ROSSI - M.C.	30h	7,3
Gestão e Inovação em Engenharia	ERICK SAMUEL ROJAS CAJAVILCA - Dr.	30h	8,0
Introdução à Ciência de Dados	PEDRO DIAS PINTO - Dr.	30h	7,9
Gestão de Sistemas Produtivos	CLIMÉRIO SANTOS SOARES - M.C.	30h	7,8
Métodos Estatísticos	BRUNO TRINDADE REIS - Dr.	30h	10,0
Ciência da Gestão	LEANDRO BRITO SANTOS - Dr.	30h	7,0
Sistemas de Cursos	LANA VIVIANE LINHARES DA COSTA SILVA - M.C.	30h	8,0
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	MARIA FELICIA ROMEIRO MOTA SILVA - Da.	60h	9,5
Tópicos Especiais em Engenharia Industrial e de Sistemas	ADRIANO DAVID MONTEIRO DE BARROS - M.C.	60h	5,0
TRABALHO FINAL DE CURSO LATO: PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	LARISSA BARBOSA TAQUETTI - M.C.	-	5,0

MEC/UFOB/SA

Certificado registrado nesta Secretaria Acadêmica sob n.º **3040** no **LIVRO 1**,
Folha **11**, em **20/03/2023**.

O portador do presente certificado obteve habilitação específica de
Especialista em Engenharia Industrial e de Sistemas, cujo curso cumpriu todas
as disposições da **Resolução N° 001/2018-CNE/CES de 06/04/2018**.

Barreiras/BA, 20 de março de 2023.

Documento assinado digitalmente
 LEILA OLIVEIRA DOS ANJOS
 Data: 12/04/2023 09:58:57 -0300
 Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

LEILA OLIVEIRA DOS ANJOS

Secretária Acadêmica
UFOB

Verifique a autenticidade deste certificado acessando https://sig.ufob.edu.br/sigaa/public/autenticidadetipo_documento.jsf e informando o código de verificação: XXXXXXXXXX

Certificado da Especialização *Lato Sensu*. Atualmente emitido de forma digital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 24/05/2023

DIPLOMA Nº 1/2023 - SA (11.01.31)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/05/2023 18:51)

LEILA OLIVEIRA DOS ANJOS

SECRETARIO - TITULAR

SA (11.01.31)

Matrícula: ###749#8

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2023**, tipo: **DIPLOMA**, data de emissão: **24/05/2023** e o código de verificação: **9a935b6618**